DOMINGO DE MANHÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA/RS
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023

PROCURADOR DO MUNICÍPIO

INSTRUÇÕES

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro de embalagem específica fornecida pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta azul ou preta, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata eliminação do certame.
3. Certifique-se de que este caderno:
   - contém 40 (quarenta) questões;
   - refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
6. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. No caderno de prova, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.

LÍNGUA PORTUGUESA

Instrução: As questões de números 01 a 10 referem-se ao texto abaixo. Os destaques ao longo do texto estão citados nas questões.

Práticas em prol de uma educação antirracista

Por Movimento Criança Livre de Trabalho Infantil

Muitos jovens abandonam a escola por não se sentirem parte do espaço escolar e não se verem representados nos conteúdos abordados em sala de aula. Ao pensar a educação pela perspectiva do enfrentamento do racismo estrutural, a escola ajuda na valorização da identidade e das trajetórias das pessoas negras que pisam em seu chão. "Uma educação antirracista compreende que vivemos em uma sociedade na qual desde muito cedo todas as crianças, negras e brancas, fazem um curso de racismo. Desde muito pequenininhas, as crianças negras aprendem que têm uma cor. As crianças brancas, por outro lado, crescem num ambiente em que percebem que a cor não é tratada, mas acreditam numa suposta superioridade. Isso precisa ser enfrentado", diz Waldete Tristão, doutora em educação pela Universidade de São Paulo.

A Lei nº 10.639, de 2003, alterou dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), documento que organiza toda a educação básica brasileira. Fruto da articulação de movimentos sociais, principalmente do Movimento Negro, o texto da lei aponta que os conteúdos trabalhados na escola devem incluir "a luta dos negros no Brasil, a cultura negra e formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil". Questões importantes sobre como tratar do período de escravidão, a contribuição da população negra, o mito da democracia racial, os estereótipos e as afirmações equivocadas sobre os negros no país são reforçadas pelo documento.

Promover esses conteúdos, apresentando a produção artística, intelectual e social negra, é importante para que esses jovens criem novas referências. Isso tudo ajuda na autoidentificação como potências e como indivíduos capazes. "Falar sobre a contribuição do povo negro é falar de uma existência. É importante lembrar que há genocídio de jovens e adolescentes negros no Brasil. Por tudo isso, afirmar a existência de crianças e jovens negros é urgente, e uma educação antirracista faz muita diferença nisso", afirma Mighian Danae, professora da Universidade Internacional da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira. A partir das diretrizes da lei, escolas e professores devem construir juntos um projeto político-pedagógico que promova uma verdadeira ampliação dos currículos, considerando a diversidade cultural, racial, social e econômica presente na sociedade brasileira.

O envolvimento das famílias com as rotinas da escola é muito importante para o fortalecimento de um ensino antirracista. Quando se fala de educação, os ambientes escolar e doméstico se complementam e, por isso, quanto mais envolvidos com o dia a dia dos jovens, mais benefícios todos colhem. No Colégio Equipe, da rede privada de São Paulo, um grupo de pais e alunos formou uma comissão antirracista para discutir a temática racial na escola. Em 2020, o grupo se mobilizou e articulou uma carta, enviada à direção, que pedia a ampliação da representatividade negra em toda a estrutura organizacional e docente do colégio, bem como a revisão do currículo escolar, apontando a importância da cultura africana e afro-brasileira, além de pedir a estruturação de uma agenda antirracista, que discuta o racismo estrutural e outras formas de preconceitos. "A comissão nos ajudou e tem ajudado a ter uma dimensão maior sobre o racismo. Para nós, essa iniciativa só teria um impacto maior com o envolvimento das famílias. O diálogo com o colégio tem sido promissor, aberto e propositivo", diz Claudia Rodrigues, presidente da União Brasileira de Mulheres da cidade de São Paulo, mãe de aluno e integrante da comissão antirracista do Colégio Equipe, de São Paulo. A gestão do colégio convidou a comissão para participar das reuniões pedagógicas, junto com a equipe docente. "Nosso objetivo é atuar no enfrentamento do racismo estrutural de forma coletiva, e esse é o único caminho. O envolvimento da comunidade escolar é benéfico para todos, e os aprendizados dessas ações saem dos muros da instituição", destaca Cláudia.

(Disponível em: https://livredetrabalhoinfantil.org.br/o-que-e-educacao-antirracista/– texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 01 – Com base estritamente no que é abordado pelo texto, é correto afirmar que:

A) Por não se reconhecerem como parte do espaço escolar e não se verem nos conteúdos trabalhados em sala de aula, até jovens estudiosos abandonam a escola.
B) Segundo Waldete Tristão, "crianças negras e brancas crescem num ambiente em que percebem que a cor não é tratada".
C) Os dispositivos da Lei nº 10.639 organizam toda a educação básica brasileira.
D) Mesmo que nenhuma legislação disponha sobre a construção de um projeto político-pedagógico que amplie os conteúdos, considerando a diversidade cultural, racial, social e econômica presente na sociedade brasileira, professores devem fazê-lo.
E) O ensino antirracista, para que se fortaleça, é dependente do envolvimento das famílias com as rotinas da escola.

QUESTÃO 02 – A expressão "racismo estrutural" (l. 03) permite depreender que, para que ele ocorra:

I. Existe uma base, seja ela conceitual e/ou situacional, acerca dessa temática.
II. Há um conjunto organizado, uma espécie de sistema que respalda tal estrutura.
III. Está relacionado, devido à sua importância, a aspectos secundários ou circunstanciais.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.
B) Apenas I e II.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO 03 – A palavra "racismo" é decorrente do processo de formação de palavras denominado:

A) Derivação.
B) Composição.
C) Redução.
D) Hibridismo.
E) Onomatopeia.

QUESTÃO 04 – No excerto "a escola ajuda na valorização da identidade e das trajetórias das pessoas negras <u>que</u> pisam em seu chão", o termo sublinhado corresponde a um(a):

A) Pronome relativo.
B) Pronome interrogativo.
C) Conjunção integrante.
D) Conjunção explicativa.
E) Conjunção consecutiva.

QUESTÃO 05 – Na frase "Isso tudo ajuda na autoidentificação como potências e como indivíduos capazes", o verbo, quanto a sua predicação, é classificado como:

A) Intransitivo.
B) Transitivo direto.
C) Transitivo indireto.
D) Bitransitivo.
E) De ligação.

QUESTÃO 06 – A palavra "antirracista" está escrita corretamente. O mesmo pode ser afirmado em relação à grafia de:

A) Multi-secular.
B) Gastro-enterologia.
C) Radio-atividade.
D) Super-homem.
E) Vai-vém.

QUESTÃO 07 – No trecho "O diálogo com o colégio tem sido promissor, aberto e propositivo", trocando-se "diálogo" por "contatos", quantas outras palavras precisariam ter a grafia modificada para garantir a correta concordância verbo-nominal?

A) Dois.
B) Três.
C) Quatro.
D) Cinco.
E) Seis.

QUESTÃO 08 – Analise as seguintes palavras extraídas do texto, verificando se apresentam notação léxica:

I. Crianças.
II. Conteúdos.
III. Comissão.

Quais estão corretas?

A) Apenas II.
B) Apenas I e II.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO 09 – Quantas preposições são identificáveis no fragmento textual "Ao pensar a educação pela perspectiva do enfrentamento do racismo estrutural"?

A) Duas.
B) Três.
C) Quatro.
D) Cinco.
E) Seis.

QUESTÃO 10 – As vírgulas em destaque nas linhas 05 e 06 foram utilizadas para separar:

A) Um vocativo empregado por quem escreveu o texto para se dirigir ao público.
B) Uma oração intercalada que presta esclarecimento aos leitores.
C) Uma oração adjetiva explicativa.
D) Um adjunto adverbial que expressa circunstância de modo.
E) Termos realçados intencionalmente por quem escreveu o texto.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 11 – De acordo com a Lei Orgânica de Uruguaiana, em defesa do cidadão, concorrente com a União e Estado, ou supletivamente a eles, é da competência administrativa do Município:

I. Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantias das pessoas portadoras de deficiência.
II. Decretar leis e expedir atos relativos aos assuntos de peculiar interesse do Município.
III. Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

Quais estão corretas?

A) Apenas II.
B) Apenas I e II.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO 12 – Com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Uruguaiana, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) A readaptação interrompe o exercício.
( ) Durante todo o processo de avaliação, o servidor deverá ter vista de cada boletim de estágio probatório, podendo se manifestar sobre os itens avaliados.
( ) Os critérios de avaliação das promoções deverão ser analisados por comissão especial instituída pelo chefe de cada Poder, da qual somente poderão fazer parte servidores estáveis.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) V – F – F.
B) V – V – V.
C) V – F – V.
D) F – V – V.
E) F – F – F.

QUESTÃO 13 – Segundo os termos do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Uruguaiana, é correto afirmar que o deslocamento do servidor de uma unidade administrativa para outra será feito por:

A) Posse.
B) Provimento.
C) Reintegração.
D) Relotação.
E) Reclassificação.

QUESTÃO 14 – De acordo com o Código de Posturas de Uruguaiana, entende-se por normas de polícia administrativa as que têm em vista o comportamento individual face à coletividade, tudo o que envolve o interesse da população relativamente à:

I. Higiene municipal.
II. Tranquilidade.
III. Segurança pública.

Quais estão corretas?

A) Apenas II.
B) Apenas I e II.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO 15 – Com referência na Lei Orgânica de Uruguaiana, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) Constituem o patrimônio municipal os bens imóveis, móveis e semoventes, os direitos e ações que, a qualquer título, pertençam ao Município.
( ) Todos os bens municipais devem ser cadastrados, com identificação respectiva, numerando-se os móveis, segundo o que for estabelecido em regulamento e mantendo-se um livro de tombo com a relação descritiva dos bens imóveis.
( ) É assegurado o acesso aos dados contidos no livro de tombo a qualquer cidadão que os solicite.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) V – F – F.
B) V – V – V.
C) V – F – V.
D) F – V – V.
E) F – F – F.

QUESTÃO 16 – De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial do Estado do Rio Grande do Sul, é INCORRETO afirmar que:

A) O Estado deve apoiar a iniciativa de entidades que mantenham espaço para promoção social desta parcela da população.
B) A promoção de campanhas que divulguem a literatura que reproduza a história, as tradições e a cultura do povo negro é vedada ao Poder Público.
C) O Estado deve promover o acesso dos negros ao ensino gratuito.
D) Nas datas comemorativas de caráter cívico, as instituições de ensino públicas deverão inserir, nos trabalhos, dados históricos sobre a participação dos negros nos fatos comemorados.
E) O Estado deve promover o acesso dos negros às atividades esportivas.

QUESTÃO 17 – Segundo os termos da Constituição do Rio Grande do Sul, são autoridades policiais os _____ de carreira, cargos privativos de bacharéis em Direito.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

A) Guardas Municipais
B) Agentes penitenciários
C) Delegados de Polícia
D) Policiais Penais
E) Policiais Militares

QUESTÃO 18 – De acordo com o Estatuto Nacional da Igualdade Racial, é INCORRETO afirmar que:

A) A produção veiculada pelos órgãos de comunicação valorizará a herança cultural da população negra na história do País.
B) O poder público promoverá ações com o objetivo de elevar a qualificação profissional nos setores da economia que contem com alto índice de ocupação por trabalhadores negros de baixa escolarização.
C) Os agentes financeiros promoverão ações para viabilizar o acesso da população negra aos financiamentos habitacionais.
D) O poder público federal incentivará a sociedade e a iniciativa privada a abster-se do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
E) A participação da população negra na história do País será valorizada pela produção veiculada nos órgãos de comunicação.

QUESTÃO 19 – Com referência na Constituição Federal, analise as assertivas abaixo:

I. Não haverá juízo de exceção.
II. A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão a direito.
III. Não haverá tribunal de exceção.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.
B) Apenas I e II.
C) Apenas I e III.
D) Apenas II e III.
E) I, II e III.

QUESTÃO 20 – Com base Lei Maria da Penha, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) A violência doméstica e familiar contra a mulher, segundo a lei, não pode ser vista como forma de violação dos direitos humanos.
( ) A lei prevê a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.
( ) A autoridade policial poderá requisitar os serviços públicos necessários à defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar e de seus dependentes.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) F – V – V.
B) F – F – F.
C) V – V – F.
D) V – V – V.
E) V – F – V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 21 – Ao proferir a sentença em Mandado de Segurança impetrado em relação a ato do Secretário da Educação do Município de Uruguaiana-RS o magistrado deixou de fixar condenação em sucumbenciais. A decisão nesse ponto:

A) É correta, pois não é devida a condenação em honorários sucumbências em Mandado de Segurança.
B) É incorreta, pois é devida a condenação em honorários sucumbências em Mandado de Segurança.
C) É correta se o pedido de concessão de segurança foi denegado, pois na concessão da segurança cabe condenação em honorários sucumbenciais.
D) É correta se houve a concessão da segurança, pois na denegação da segurança cabe condenação em honorários sucumbenciais.
E) É correta, pois somente cabe honorários sucumbências em mandado de segurança se houver recurso.

QUESTÃO 22 – Determinado cidadão ajuizou ação popular em relação ao Município de Uruguaiana/RS, visando a anular ato que considera ser lesivo ao meio ambiente. Sobre isso, é correto afirmar que:

A) A legitimidade está correta e ação popular pode ser proposta com este objetivo.
B) A ação deveria ter sido proposta por entidade associativa, pois o cidadão é parte ilegítima para propor a demanda popular.
C) A legitimidade para a ação é exclusiva do ministério público.
D) A petição inicial deve ser indeferida, pois a discussão sobre ato lesivo ao meio ambiente deve ser realizada via ação civil pública.
E) A petição inicial deve ser indeferida, pois a discussão sobre ato lesivo ao meio ambiente deve ser realizada via ação civil coletiva.

QUESTÃO 23 – Determinado cidadão solicitou acesso a informações a seu respeito constante de banco de dados do Município de Uruguaiana/RS. O pedido foi concedido e foram constatadas inexatidões dos dados sobre o requerente, o qual, em petição acompanhada de documentos comprobatórios, requereu a retificação dos referidos dados. O prazo para o Município proceder a retificação é de:

A) 2 dias.
B) 5 dias.
C) 10 dias.
D) 15 dias.
E) 30 dias.

QUESTÃO 24 – A revogação extingue o ato administrativo por:

A) Ilegalidade.
B) Descumprimento de obrigação pelo destinatário.
C) Edição de lei posterior em sentido oposto.
D) Superveniência de ato posterior em sentido oposto.
E) Conveniência e oportunidade.

QUESTÃO 25 – O poder conferido à Administração Pública para distribuir e escalonar as funções dos órgãos públicos e ordenar e rever a atuação dos agentes, estabelecendo entre eles uma relação de subordinação é designado como:

A) Regulamentar.
B) Discricionário.
C) De polícia administrativa.
D) Disciplinar.
E) Hierárquico.

QUESTÃO 26 – O Município de Uruguaiana/RS celebrou contrato administrativo por meio do qual transfere, por prazo certo e determinado, o uso de um bem para terceiros, visando ao cumprimento de uma finalidade específica nos termos e condições fixados no ajuste. O contrato em questão é designado como:

A) Autorização.
B) Permissão.
C) Concessão de uso.
D) Concessão de direito real.
E) Enfiteuse.

QUESTÃO 27 – NÃO estão compreendidas no sistema municipal de ensino as instituições de:

A) Ensino fundamental.
B) Ensino médio.
C) Ensino superior.
D) Educação infantil mantidas pelo poder público municipal.
E) Educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.

QUESTÃO 28 – A declaração judicial da condição de prodigalidade:

A) Não tem implicações sobre a capacidade civil.
B) Reconhece a condição jurídica de incapacidade absoluta, passando o pródigo a ser representado pelo seu curador.
C) Reconhece a condição jurídica de incapacidade absoluta, passando o pródigo a ser assistido pelo seu curador, quando necessário.
D) Produz a condição jurídica de incapacidade relativa, passando o pródigo a ser assistido pelo seu curador, quando necessário.
E) Produz a condição jurídica de incapacidade relativa, passando o pródigo a ser representado pelo seu curador.

QUESTÃO 29 – Sobre a decadência no Direito Civil, é correto afirmar que:

A) A cláusula contratual que estabelecer prazo decadencial é anulável.
B) A cláusula contratual que estabelecer prazo decadencial é nula.
C) Não admite casos de interrupção.
D) Pode ser reconhecida de ofício pelo julgador quando prevista em lei ou for convencional.
E) Se prevista em lei, pode ser reconhecida de ofício pelo julgador.

QUESTÃO 30 – Foi ajuizada demanda sob o procedimento comum em relação ao Município de Uruguaiana/RS na qual o autor postulou ser indenizado por danos materiais e morais. Na decisão de saneamento do feito, o juiz entendeu que estava demonstrada a ocorrência de danos materiais e acolheu este pedido, condenando o Município a proceder a indenização pleiteada pela parte autora. Em relação ao pedido de compensação por danos morais, o julgador considerou necessária a instrução, concedendo prazo para as partes requererem as provas que entendem oportunas. Na hipótese, o Município:

A) Não tem interesse recursal.
B) Poderá interpor o recurso de agravo de instrumento no prazo de 15 dias.
C) Poderá interpor o recurso de agravo de instrumento no prazo de 30 dias.
D) Poderá interpor o recurso de apelação no prazo de 15 dias.
E) Poderá interpor o recurso de apelação no prazo de 30 dias.

QUESTÃO 31 – Ajuizada demanda cível sob o procedimento comum em relação ao Município de Uruguaiana/RS, o magistrado, mesmo antes de citar o réu, considerando que o pedido objeto da ação contraria texto de enunciado de súmula do Superior Tribunal de Justiça e dispensa instrução probatória, julgou improcedente liminarmente o pedido. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

A) A decisão está adequada à sistemática procedimental prevista no Código de Processo Civil.
B) A decisão é nula, pois viola o princípio do contraditório.
C) A decisão é nula, pois viola o princípio da proibição de decisão surpresa.
D) O juiz atuou de forma equivocada, pois deveria ter oportunizado a emenda da petição inicial.
E) O juiz atuou de forma equivocada, pois a autorização normativa para julgamento de improcedência liminar envolve apenas os casos de pedidos contrários a enunciado de súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 32 – Em uma ação de cobrança proposta sob o procedimento comum em relação ao Município de Uruguaiana/RS o magistrado proferiu sentença de procedência, condenando o demandado ao pagamento dos valores postulados pela parte autora. Na sentença não foram fixados os critérios de correção monetária e juros. Frente a esta decisão, o Município:

A) Não tem interesse recursal em interpor recurso de embargos de declaração.
B) Poderá interpor recurso de embargos de declaração no prazo de 05 dias, independentemente de preparo e dirigido ao magistrado que proferiu a sentença.
C) Poderá interpor recurso de embargos de declaração no prazo de 10 dias, independentemente de preparo e dirigido ao magistrado que proferiu a sentença.
D) Poderá interpor recurso de embargos de declaração no prazo de 05 dias, mediante preparo e dirigido ao tribunal de justiça do estado.
E) Poderá interpor recurso de embargos de declaração no prazo de 10 dias, independentemente de preparo e dirigido ao tribunal de justiça do estado.

QUESTÃO 33 – Numa ação cível que tramita sob o procedimento comum envolvendo partes privadas após proferida decisão de saneamento do feito, as partes podem pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de _____ dias, findo o qual a decisão se torna estável.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

A) 5
B) 10
C) 15
D) 20
E) 30

QUESTÃO 34 – Após encerrada a instrução numa ação cível, o julgador constatou a possibilidade de reconhecimento da ocorrência de prescrição em relação a parte do pedido. Durante o curso do processo, o tema da prescrição não foi apontado pela demandada. Na hipótese, o juiz:

A) Poderá reconhecer de ofício da prescrição sem prévia manifestação das partes.
B) Deverá oportunizar as partes que se manifestem sobre o assunto.
C) Deverá intimar apenas a parte autora para que esclareça sobre a existência de fato suspensivo ou interruptivo da prescrição.
D) Deverá intimar apenas a parte demandada para que se manifeste sobre a ocorrência da prescrição.
E) Deverá proferir a sentença sem análise da prescrição, pois ocorreu a preclusão em relação a sua alegação no processo.

QUESTÃO 35 – A sociedade Limitada ABC ajuizou demanda cível em relação ao Município de Uruguaiana/RS, recebendo sentença de improcedência do pedido. A parte vencida interpôs recurso de apelação, mas realizou preparo insuficiente. O juiz deverá:

A) Aplicar a pena de deserção do recurso.
B) Intimar a recorrente na pessoa de seu advogado para complementar o preparo no prazo de 5 dias.
C) Intimar a recorrente na pessoa de seu advogado para complementar o preparo no prazo de 15 dias.
D) Julgar prejudicado o recurso por ausência de pressuposto recursal.
E) Determinar o recolhimento em dobro do valor do preparo.

QUESTÃO 36 – Sobre a cláusula de eleição de foro no Processo Civil, é correto alegar que:

A) Só é admitida em contratos de adesão.
B) Não obriga os herdeiros e sucessores das partes.
C) A parte pode alegar a sua abusividade em qualquer momento do processo antes de proferida a sentença.
D) Se abusiva, pode ser reputada ineficaz pelo juiz antes da citação.
E) A parte somente pode alegar a sua abusividade na oportunidade da contestação, mas o juiz pode reconhecer a sua abusividade em qualquer momento do processo.

QUESTÃO 37 – No Direito Financeiro não se permite que seja inserido, no corpo da Lei Orçamentária Anual, qualquer dispositivo estranho à previsão de receitas públicas, despesas públicas, operações de créditos e aberturas de créditos adicionais quando necessárias, o que corresponde ao princípio da:

A) Anterioridade.
B) Exclusividade.
C) Legalidade.
D) Unidade.
E) Universalidade.

QUESTÃO 38 – O licenciamento ambiental está vinculado em especial ao seguinte princípio de Direito Ambiental:

A) Do poluidor pagador.
B) Da prevenção.
C) Da educação ambiental.
D) Da responsabilidade objetiva.
E) Da responsabilidade integral.

QUESTÃO 39 – O depósito recursal no processo do trabalho:

A) Pode ser em dinheiro, bens ou títulos da dívida pública.
B) É dispensado em recurso ordinário em ação rescisória.
C) É devido em mandado de segurança.
D) Poderá ser devido a cada novo recurso interposto, observado o limite máximo do valor da condenação.
E) Não terá os seus valores reajustados.

QUESTÃO 40 – Nos contratos de trabalho regidos pela CLT, se as férias forem concedidas após o período concessivo deverão ser pagas:

A) Com acréscimo de 10%.
B) Com acréscimo de 20%.
C) Com acréscimo de 30%.
D) Com acréscimo de 50%.
E) Em dobro.